

Saúde tem prazo e recursos para grupo materno-infantil

Com quatro anos de prazo (até 1979) e recursos iniciais de Cr\$ 4 milhões 128 mil 230 para investir, a Secretaria de Saúde pretende melhorar a assistência médico-sanitária ao grupo materno-infantil de seis municípios do Estado, áreas consideradas com infra-estrutura ainda insuficiente em relação à densidade demográfica.

Criado em outubro de 1974, o Programa de Saúde Materno-Infantil tinha 20 mil 182 inscritos (gestantes, puérperas, crianças e pré-escolares) em fevereiro passado. A meta da Secretaria, entretanto, é atender, até o final do ano, 30% das grávidas, dar cobertura a 30% no pós-parto, 40% das crianças de zero a um ano e 30% das que se encontram entre um e quatro anos.

OBJETIVOS

A área escolhida para os próximos quatro anos de

execução do Programa de Saúde Materno-Infantil inclui os municípios de Campos, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Magé, que concentram a maior população do Estado. Cinquenta e três centros sanitários participam do programa, além de hospitais, entidades filantrópicas, postos do INPS e da Legião Brasileira de Assistência.

Com isso, o grupo materno-infantil terá maior assistência médico-sanitária, numa tentativa de reduzir as taxas de mortalidade. Além dos recursos fixos, o Programa terá um auxílio anual até atingir, em 1979, as metas propostas pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil do Ministério da Saúde. Para o próximo ano, a continuidade do trabalho está garantida por recursos de Cr\$ 55 milhões 300 mil e, em 1977, o investimento

no programa será de Cr\$ 58 milhões 600 mil.

TRABALHO

Até dezembro de 1975, a Secretaria de Saúde deverá atender 30% das gestantes da área (44 mil 880) com consultas médicas e odontológicas; realizar 20% dos partos com hospitalização (28 mil 920) e 10% dos domiciliares (14 mil 960); atender 20% das puérperas (28 mil 920); e aplicar o anatox (imunizante) tétanico em 30% das gestantes (44 mil 880).

O trabalho inclui também a suplementação alimentar e a distribuição de leite em pó para 14 mil 960 grávidas (10%) e 9 mil 827 nutrízes (mulher que amamenta). A suplementação será estendida ainda a 44 mil 880 grávidas, juntamente com a assistência ambiental. Em relação ao lactente, a Secretaria pretende dar

atendimento clínico a 39 mil 309 (incluindo enfermagem) e atendimento na área pré-escolar a 118 mil 711.

A suplementação alimentar atingirá 19 mil 659 lactentes (crianças que ainda mamam) e 39 mil 570 pré-escolares. Na assistência ambulatorial, 118 mil 711 pré-escolares passarão por exames clínicos.

PLANO

A programação de trabalho estabelece que as gestantes terão consultas no período pré-natal e no puerpério. No parto hospitalar cada paciente terá direito a três dias de internação, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 77% ao ano, ou seja, 94 partos por leito, anualmente. Para as crianças de zero a um ano estão previstas seis consultas anuais e, para as

de um a quatro anos, duas consultas por ano.

Na assistência hospitalar para a recuperação da saúde da criança terão prioridade os distúrbios nutritivos graves, desidratação, sarampo, difterias, meningite e tétano. Os lactários (locais de assistência ao lactente) beneficiarão crianças de zero a cinco anos, gestantes e nutrízes até que a criança complete um ano. Cada inscrito no lactário receberá, em média, 75 gramas diárias de leite em pó, o que deverá corresponder a uma distribuição mensal de três quilos por beneficiário.

Para a triagem dos beneficiários cada unidade sanitária analisará suas condições e criará uma rotina de atendimento. As previsões estabelecem que deverão ser inscritas, pelo menos, 40% das crianças de zero a um ano e 30% das de um a quatro anos, em cada município.